

Desigualdade social na África do Sul: heranças coloniais, apartheid e os desafios da democracia contemporânea.

Tatiane Araújo Martins Gomes

Pós-Graduação Lato Sensu em, EJA - Educação de Jovens e Adultos. Codó

RESUMO:

Page | 1

Este trabalho tem como objetivo analisar a formação e a permanência da desigualdade social na África do Sul, articulando essa trajetória histórica aos desafios da Educação. A pesquisa adota uma abordagem histórica, demonstrando como os processos de colonização europeia e o regime do Apartheid consolidaram estruturas de exclusão racial e econômica que se refletem até os dias atuais. O estudo discute os marcos da democracia sul-africana, desde a transição em 1994 até o recente ponto de inflexão das eleições de 2024, em que o Congresso Nacional Africano (CNA) perdeu a maioria parlamentar absoluta. A metodologia utilizada é a pesquisa bibliográfica, de caráter qualitativo e exploratório. Como proposta de superação, o artigo destaca a filosofia Ubuntu como uma tecnologia social essencial para o ambiente escolar. Conclui-se que, apesar dos avanços democráticos, a África do Sul ainda enfrenta o desafio de superar a herança da exclusão racial por meio de políticas públicas inclusivas e de uma educação fundamentada na solidariedade e na interdependência, essenciais para a emancipação dos sujeitos.

Palavras-chave: África do Sul; Desigualdade social; Apartheid; Colonialismo; Ubuntu.

Soumis : novembre. 13, 2025 *Accepté: décembre. 31, 2025* *Publié: janvier. 30, 2026*

Corresponding Author: Tatiane Araújo Martins Gomes

courriel: nykolasravy2013@gmail.com

Pós-Graduação Lato Sensu em

EJA - Educação de Jovens e Adultos.

INTRODUÇÃO

A ascensão do governo democrático na África do Sul, em 1994, marcou um ponto de inflexão histórico caracterizado por uma dualidade estrutural profunda. Ao mesmo tempo em que herdou a economia mais desenvolvida do continente africano, a nova gestão deparou-se com um legado sistêmico de desigualdades persistentes, manifestas em elevados índices de desemprego, pobreza extrema, severa concentração de renda e níveis alarmantes de violência (Pereira, 2011).

Ao longo de aproximadamente 350 anos, desde a metade do século XVII até o final do século XX, o poder político, econômico e militar do país esteve concentrado nas mãos de uma minoria branca, formada pelos colonizadores (de ascendência europeia). A literatura especializada converge para a tese de que a gênese da profunda desigualdade social contemporânea reside no sistema colonial.

Este é compreendido como uma prática de dominação de um território por outro, com o objetivo de explorar, controlar e expandir poder. Tal dinâmica quase sempre esteve associada a guerras, agressões e à imposição do trabalho forçado, submetendo a população nativa a regimes de exploração sistemática (Pereira, 2011). Ao longo desse arco temporal de três séculos e meio, a supremacia da minoria branca consolidou-se por meio de mecanismos de exclusão

sistemática. Para além da redução das populações nativas à condição de força de trabalho subalternizada, o regime colonial institucionalizou restrições severas ao acesso a recursos vitais, como a terra, a água e o gado. Essa estratégia de cerceamento não apenas desarticulou os modos de produção tradicionais, mas comprometeu deliberadamente a autonomia e os meios de subsistência das comunidades locais, fomentando um ciclo de dependência econômica (Pereira, 2011).

Sob a perspectiva de Pereira (2011), o desenvolvimento da sociedade sul-africana é compreendido como um desdobramento das dinâmicas de exploração iniciadas nos séculos XV e XVI. Nessa linha, a África do Sul não é analisada de forma isolada, mas como integrante de um continente sistematicamente submetido ao projeto colonial. Evidencia-se que o valor estratégico do território africano, identificado precocemente pelos portugueses, transcendia o comércio de metais preciosos e especiarias; residia, fundamentalmente, na conversão do contingente populacional em mão de obra escravizada — o motor essencial para a viabilização econômica das colônias nas Américas.

Durante os séculos XVII e XVIII, a hegemonia portuguesa cedeu espaço ao domínio holandês, que estabeleceu na região um sistema de caráter essencialmente mercantil. Contudo, foi sob a égide britânica, no século XIX, que a

África do Sul testemunhou a consolidação de um modelo capitalista industrial, catalisado pelas descobertas de jazidas de ouro em Joanesburgo (1866) e diamantes em Kimberley (1867). Esse marco mineral impulsionou uma presença britânica agressiva e expansionista, que culminou na subordinação dos colonos holandeses e na reconfiguração das estruturas de poder em função do controle sobre os recursos estratégicos (Pereira, 2011).

Em 1913, a institucionalização da segregação avançou com a promulgação de dispositivos legais como o Native Labour Act (Lei Urbana Nativa, que promoveu uma divisão territorial profundamente desigual). Por meio deste mecanismo, reservou-se apenas 7% do território nacional à população negra, que correspondia a cerca de 75% da sociedade, enquanto a minoria branca, de apenas 10%, monopolizou 93% das terras mais férteis e produtivas. Essa assimetria espacial foi agravada em 1923, quando novas restrições legislativas proibiram o assentamento de negros em perímetros urbanos, segregando as cidades como redutos exclusivos da elite branca (Pereira, 2011).

Tal processo evidencia que a disputa pelas riquezas do território africano foi historicamente monopolizada pelas elites coloniais europeias, estabelecendo uma assimetria profunda em relação às populações nativas. Nesse cenário, a minoria branca não apenas concentrou o capital, mas delineou, de forma sistemática, uma estrutura social fundamentada na exclusão. Esse projeto de dominação foi o alicerce que predeterminou o destino desigual da sociedade sul-africana, consolidando privilégios raciais em detrimento do desenvolvimento coletivo.

O processo de reconstrução democrática da África do Sul, marcado pela superação das cicatrizes deixadas pelo regime do Apartheid, oferece um campo fértil para a reflexão sobre os direitos humanos e a educação. Ao analisar a transição de um sistema de segregação institucionalizada para uma ordem baseada no sufrágio universal, percebe-se que a democracia não se consolida apenas por vias eleitorais, mas, fundamentalmente, pela reparação histórica das desigualdades sociais. Neste cenário, a filosofia Ubuntu e as políticas de inclusão emergem como pilares para a redefinição da cidadania e da dignidade humana no continente africano.

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, com objetivos descritivos e exploratórios. A investigação foi conduzida por meio do procedimento de pesquisa bibliográfica, fundamentada na análise de obras de autores que discutem a história africana, o colonialismo, o regime do Apartheid e seus desdobramentos na contemporaneidade. A coleta de dados concentrou-se no levantamento de fontes secundárias, incluindo artigos científicos, livros, documentos governamentais e registros históricos. Entre os principais referenciais teóricos utilizados, destacam-se: as análises históricas e políticas de Analúcia Danilevicz Pereira (2011)

sobre a formação da desigualdade sul-africana; os estudos de Jacqueline Haffner (2022) sobre a formação do Estado nacional e as disparidades no campo; A fundamentação filosófica sobre o Ubuntu, com base em Marcos Vinicius Lemes (2020) e nos preceitos de Desmond Tutu.

A análise dos dados foi realizada de forma analítico-discursiva, buscando estabelecer correlações entre os processos de exclusão histórica e os desafios atuais da democracia na África do Sul. Além disso, a pesquisa buscou integrar esses achados ao contexto educacional, utilizando o relato de experiências e a filosofia Ubuntu como categorias de análise para propor uma prática pedagógica baseada na solidariedade e na reparação histórica.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A oficialização do regime do Apartheid, em 1948, consolidou uma estrutura de dominação racial sem precedentes na história contemporânea. O termo, derivado do africâner e traduzido como 'separação', passou a designar um sistema político-institucional de segregação que perdurou até 1994. Sustentado pela premissa ideológica da supremacia branca, o regime foi operacionalizado por meio de um robusto arcabouço legislativo promulgado entre 1948 e 1971. Conforme analisa Pereira (2011), esse conjunto de leis não apenas segregou o espaço físico, mas institucionalizou a disparidade de direitos, garantindo o monopólio do capital e do poder político à minoria europeia, enquanto promovia a destituição sistemática da cidadania da maioria negra.

Historicamente, o crescimento de uma camada socio-racial mestiça, fruto das relações entre colonos europeus e mulheres africanas em condições de vulnerabilidade ou escravidão, foi percebido pelas elites como uma ameaça à integridade do sistema segregacionista. Para conter essa hibridização e preservar as fronteiras raciais, o Estado converteu normas sociais em dispositivos legais punitivos de longa duração. Entretanto, a análise de Pereira (2011) expõe o paradoxo central dessa legislação: enquanto o arcabouço jurídico visava exilar a população negra dos perímetros de privilégio branco, ele simultaneamente garantia que essa massa populacional permanecesse em uma zona de proximidade periférica, assegurando a oferta contínua de mão de obra barata e subalternizada.

Antes de aprofundar a análise dos marcos históricos que situam a África do Sul entre as nações com os maiores índices de disparidade global, torna-se imperativo delimitar a estratificação dos grupos sociais em disputa. A hegemonia era exercida pela 'minoria branca', termo que aglutina as elites de ascendência europeia detentoras do capital e do poder estatal. Dentro deste estrato, sobressaíam os afrikaners, descendentes das levas migratórias dos séculos XVII e XVIII, com uma composição étnica predominantemente holandesa e germânica, mas também com influências francesas e britânicas. No polo oposto dessa estrutura, encontrava-se a vasta maioria negra, submetida a um processo de marginalização sistêmica e convertida em

força de trabalho exaurível, destituída de prerrogativas políticas e sociais fundamentais.

A consolidação do Apartheid não ocorreu em um vácuo político, mas em constante tensão com o fortalecimento da resistência antirracista. Um marco fundamental desse processo foi a fundação do Congresso Nacional Africano (CNA), em 1912, configurando-se como a primeira organização política de representatividade negra na África do Sul. Inicialmente, a liderança do CNA, composta majoritariamente por intelectuais formados em instituições missionárias e universidades europeias, adotou uma postura diplomática e conciliatória. No entanto, essa moderação pragmática foi tensionada pelo crescimento das mobilizações de base: a efervescência das greves e o ativismo dos trabalhadores negros forçaram uma reorientação estratégica do partido rumo a um programa de confrontação mais incisivo contra a estrutura segregacionista.

Os primeiros líderes do CNA acreditavam ser possível negociar com os afrikaners a revisão das leis segregacionistas, bem como convencer os britânicos a admitir a participação política da população negra. Entretanto, tais tentativas fracassaram diante da intensificação da mobilização popular: mais de 300 greves foram registradas, envolvendo cerca de 58 mil trabalhadores negros e 60 mil brancos descontentes com o sistema político vigente. Esses movimentos revelaram a insatisfação generalizada e expuseram a força das manifestações sociais contra o regime racista então predominante (Pereira, 2011). Em decorrência das sucessivas greves e da crescente repressão estatal, formou-se no interior do CNA uma ala mais radical, liderada por Nelson Mandela e Oliver Tambo. Em 1958 foi criado o Congresso Pan-Africanista (PAC), que passou a disputar espaço político e ideológico com o CNA. Entretanto, a intensificação das manifestações populares, muitas delas marcadas por forte repressão e violência, levou a um episódio decisivo em 1960: o massacre de Sharpeville, no qual protestos contra a lei que restringia a circulação de trabalhadores negros em áreas reservadas aos brancos resultaram em centenas de mortes e feridos.

Após o massacre o governo declarou a ilegalidade do CNA, do PAC e do Partido Comunista Sul-Africano, ou seja, este evento não apenas resultou em centenas de vítimas, mas serviu de pretexto para que o regime declarasse a ilegalidade das principais frentes de oposição, forçando-as à clandestinidade. Cabe ressaltar que a sustentação do Apartheid não se limitava ao apoio interno. O regime foi sustentado por uma simbiose com o capital internacional, que encontrou na África do Sul um ambiente de alta rentabilidade. Para as corporações globais, o sistema de segregação atuava como um regulador de mercado que garantia o acesso ininterrupto a vastas riquezas minerais e, fundamentalmente, a uma oferta abundante de mão de obra subalternizada e de baixo custo, mantida sob rigoroso controle estatal.

Durante a vigência do Apartheid (1948-1994), a matriz

econômica sul-africana foi hegemônica por uma elite de empresários e latifundiários afrikaners. Este modelo de acumulação era estruturalmente dependente da força de trabalho da população negra, sistematicamente mantida em condições de baixa qualificação e remuneração ínfima. Conforme observa Pereira (2011), a engrenagem produtiva do país consolidou um paradoxo colonial tardio: enquanto o capital permanecia concentrado em uma minoria de ascendência europeia, a sustentabilidade do sistema repousava na expropriação contínua da mão de obra nativa, cristalizando o caráter excludente e as assimetrias estruturais do regime.

Em suma, a economia sul-africana tinha como base a exportação de produtos primários. Posteriormente, passou a se sustentar pela exploração de ouro e diamantes e, em seguida, avançou para um processo de industrialização. De acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), na década de 1960 a expansão industrial colocou a África do Sul entre as dez economias mais ricas do mundo. Nesse contexto, o governo sul-africano passou a adotar políticas voltadas para a busca de autossuficiência, procurando reduzir a dependência externa e diversificar sua base produtiva em diferentes setores.

Segundo Haffner (2022), na década de 1960, a discriminação racial já havia se tornado o eixo central de todas as esferas da vida sul-africana. Em resposta, o CNA articulou campanhas de desobediência civil que, embora pautadas na não violência, foram sistematicamente esmagadas pelo aparato repressivo estatal.

Essa realidade conferiu à economia uma natureza profundamente ambígua. De um lado, a África do Sul modernizava-se e integrava-se ao capitalismo global como uma potência industrial emergente sob controle da minoria branca. De outro, conforme reforça Pereira (2011), essa modernização dependia da preservação de um regime colonial interno. O Estado precisava manter a população negra em um estado de 'não cidadania' e sem direitos sociais básicos para assegurar que a oferta de mão de obra permanecesse barata e politicamente desarticulada, permitindo que os lucros industriais da elite branca continuassem a crescer sem as pressões de um mercado de trabalho livre.

Após o ciclo de expansão econômica verificado na década de 1960, a África do Sul ingressou em um período de profunda crise estrutural que se estendeu até os anos 1980, atuando como o catalisador do colapso do Apartheid. A institucionalização da segregação racial não apenas fragmentou o tecido social, mas converteu o país em um epicentro de instabilidades políticas e conflitos sistêmicos. Nesse cenário, a persistência da minoria branca em preservar sua hegemonia, confrontada pela crescente mobilização da maioria negra por direitos civis e equidade, cristalizou uma desigualdade socioeconômica de base racial, cuja rigidez tornou o sistema produtivo e político progressivamente inoperante.

Diante da iminência de um colapso, o Estado sul-africano

adotou uma postura de reformismo pragmático na década de 1980, buscando preservar o núcleo do monopólio político branco através de concessões periféricas. Segundo Pereira (2011), essa manobra visava camuflar a natureza excluyente do sistema sem alterar suas estruturas fundamentais de poder. Medidas de caráter simbólico foram implementadas, como a revogação da legislação que criminalizava uniões inter-raciais e a flexibilização das restrições à filiação partidária multirracial. Contudo, tais reformas não alteraram a essência da desigualdade estrutural, funcionando mais como um paliativo diplomático do que como uma democratização efetiva.

Em 1986, o governo sul-africano promulgou leis que eliminaram algumas restrições impostas aos negros em áreas reservadas à população branca e instituiu um documento único de identidade para todos os cidadãos. No entanto, tais medidas não produziram os efeitos esperados. As contradições sociais internas, somadas às pressões regionais e internacionais contra o regime, provocaram divisões no interior do Partido Nacional, culminando na formação de duas correntes distintas. A ala mais radical rompeu com o partido e fundou o *Partido Conservador*, cuja principal pauta era a manutenção rigorosa do apartheid.

O dia 2 de fevereiro de 1990 representou um marco decisivo na história da África do Sul. Nessa data, o então presidente Frederik Willem de Klerk anunciou a legalização de todos os partidos até então banidos, entre eles o CNA, o PAC e o Partido Comunista Sul-Africano. No mesmo pronunciamento, comunicou a libertação de Nelson Mandela, que havia sido preso em 1963 e condenado à prisão perpétua em razão de sua liderança nas intensas manifestações de resistência contra o regime racista. De Klerk declarou, ainda, estar disposto a negociar com os “novos” atores políticos uma Constituição nacional e a revogar as medidas repressivas que restringiam a liberdade de imprensa e os direitos dos presos políticos.

As medidas anunciadas por De Klerk possibilitaram a construção de um cenário de cooperação entre o governo e as forças de oposição, além de favorecerem a recuperação da credibilidade internacional da África do Sul. A instabilidade política anterior havia comprometido profundamente a imagem do país nas relações externas, gerando desconfiança e isolamento. No entanto, apesar da nova projeção internacional conquistada a partir de 1990, permanecia um enorme desafio interno: enfrentar a pobreza que atingia a maioria da população e reduzir a profunda desigualdade social que continuava a marcar a sociedade sul-africana (Pereira, 2011).

Entre os diversos períodos marcados por turbulência, divisões políticas, luta antirracista e persistência da desigualdade social, o governo de Thabo Mbeki destacou-se como particularmente problemático. Embora contasse com o apoio de setores intelectuais, bem como das médias e altas classes urbanas (negras e brancas), sua administração aprofundou as tensões internas no partido e favoreceu as elites em detrimento das camadas mais pobres da população.

Durante seu mandato, aqueles que se opunham às decisões do governo e do partido foram frequentemente marginalizados, o que contribuiu para o enfraquecimento do debate democrático. Nesse contexto, a democracia sul-africana demonstrou pouca sensibilidade às demandas da maioria empobrecida, ampliando a distância entre Estado e sociedade.

A desconexão entre o governo de Thabo Mbeki e as necessidades da população manifestou-se de forma crítica em dois eixos: a gestão da saúde pública e o aumento expressivo dos índices de violência e criminalidade no País. O setor de saúde, assolado por deficiências estruturais e escândalos de má gestão, enfrentou uma postura governamental repressiva frente às denúncias veiculadas pela mídia. Paralelamente, Mbeki minimizava os índices alarmantes de criminalidade, tratando a insegurança pública como uma questão periférica. De forma controversa, o governo frequentemente desqualificava as críticas às precariedades sociais; chamando as reclamações de 'dogmatismo racial', operando um mecanismo de negação da realidade que revitimização os cidadãos dependentes do suporte estatal.

A desigualdade estrutural na África do Sul fundamentou-se em um sistema histórico de exploração que vinculava a supremacia racial europeia ao controle de recursos vitais (Pereira, 2011). Corroborando a perspectiva de Pereira, sobre as raízes coloniais da exploração, Braga (2010) aponta que os fundamentos ideológicos, políticos e culturais do racismo institucionalizado já estavam presentes na fundação da colônia. O êxito da estrutura socioeconômica sul-africana foi, desde o princípio, dependente da exploração sistemática da população nativa. Essa lógica baseava-se em uma identidade africânder construída sobre bases raciais exclusivistas, que servia para justificar a segregação como uma necessidade de preservação comunitária.

Nesse contexto, Braga (2010) enfatiza que a escravidão na África do Sul apresentou contornos de severidade que muitas vezes superavam o modelo das Américas. As raízes do racismo contemporâneo remontam, em grande parte, às Repúblicas Bôeres, onde mecanismos de controle social, como o confinamento geográfico e o sistema de passes (controles de circulação), foram testados. Como bem observa Pereira (2011), ao analisar a estruturação do regime, essas práticas não foram inventadas pelo *Apartheid* em 1948, mas sim herdadas e elevadas ao status de política oficial de Estado.

A intensificação desse modelo ocorreu com a descoberta de ouro e diamantes, momento em que a divisão racial adquiriu uma função econômica estratégica. Braga (2010) observa que o interesse nacional britânico impulsionou uma segregação que aniquilou direitos civis básicos, como a liberdade de locomoção e de expressão. O cotidiano era marcado por uma "geografia da exclusão", visível nas placas de “*whites Only*” (“*apenas brancos*”) e estendida até o âmbito esportivo, pois a proibição de equipes multirraciais e a exclusão de atletas negros de representações internacionais

não eram apenas medidas sociais, mas formas de reafirmar a hierarquia racial em todas as dimensões da vida pública.

Essa segregação total encontrou sua base teórica no pensamento de Geoffrey Cronjé. Considerado um dos arquitetos doutrinários do Apartheid, Cronjé defendia a separação absoluta como um imperativo de sobrevivência. Em sua visão:

Quanto mais radicalmente for implementada a separação racial, melhor ela será e quanto mais consequentemente a política de apartheid for posta em prática, tanto mais eficientemente estará assegurada nossa pureza racial e nossa sobrevivência racial europeia genuína (Cronjé apud Ribeiro, 1994, p. 20).

Analistas como Coetzee e Ribeiro ressaltam que Cronjé conferia ao racismo uma justificação teológica. Para ele, a separação era um desígnio divino e a mistura racial uma afronta à vontade de Deus. Essa visão transformava a exclusão política e a exploração econômica, amplamente discutidas por Pereira (2011), em uma "missão espiritual", tornando a resistência ao regime não apenas um crime político, mas, na visão do opressor, um ato de desobediência religiosa.

Conforme Pereira (2011) e Haffner (2022), a expropriação de terras e a expulsão violenta de comunidades locais de áreas mineradoras, iniciadas no século XIX, visavam não apenas o domínio territorial, mas a criação de uma massa de trabalhadores nativos forçada à servidão.

Assim, ao relacionar a análise de Pereira (2011) com a de Haffner (2022), percebe-se que tanto a exclusão territorial quanto a imposição de relações de trabalho forçadas não foram fatos isolados, mas expressões complementares de um mesmo processo histórico. As crises, mobilizações e guerras que marcaram a trajetória sul-africana revelam, portanto, não apenas a violência do sistema colonial e minerador, mas também o persistente desejo de independência e de afirmação social por parte da população nativa.

No século XX, o Estado sul-africano consolidou a desigualdade rural ao operar um sistema de suporte financeiro dual. Enquanto os fazendeiros brancos dispunham de uma rede de proteção estatal, que incluía subsídios, garantias contra perdas e crédito subsidiado via Land Bank, os produtores negros enfrentavam uma exclusão institucional sistemática. Conforme aponta Haffner (2022), esse protecionismo racializado não apenas favoreceu a acumulação de capital branco, como inviabilizou a competitividade e o acesso à terra para a população nativa, cristalizando as disparidades no campo.

A África do Sul Pós-1994

A África do Sul pós-Apartheid institucionalizou a ruptura com o seu passado segregacionista através da adoção de um modelo de democracia liberal. O ápice desse processo foi a promulgação da Constituição de 1996, um documento ambicioso que visava pacificar as tensões históricas ao garantir cidadania plena e direitos políticos universais. Como observa Mamdani (1996), o novo texto

constitucional não buscou apenas o encerramento formal do regime autoritário, mas a criação de um arcabouço democrático capaz de sustentar um pacto federativo estável. No entanto, essa 'igualdade jurídica' estabelecida em 1996 enfrentaria o desafio monumental de dismantelar as bases materiais da desigualdade que, segundo Pereira (2011) foram solidificadas durante décadas de exploração. Contraditoriamente aos avanços institucionais da era democrática, a África do Sul consolida-se, contemporaneamente, como uma das nações mais desiguais do globo. Embora o país figure como uma economia em desenvolvimento, ele preserva marcas estruturais de uma desigualdade que, conforme reiteram Haffner (2022) e Pereira (2011), mergulha suas raízes no segregacionismo histórico. Na atualidade, a segmentação geográfica, herança direta do planejamento urbano do Apartheid, permanece como um mecanismo de exclusão, funcionando como um filtro determinante que restringe o acesso à educação de qualidade e ao mercado de trabalho, perpetuando assim o ciclo de disparidades regionais e raciais.

No que tange à questão fundiária, a África do Sul contemporânea ainda preserva uma distribuição de terras que espelha os padrões coloniais, pois aproximadamente 70 mil fazendeiros brancos detêm o controle da maioria das áreas produtivas e férteis (Haffner, 2022). Esse monopólio remete diretamente à gênese da colonização, período em que a expropriação territorial foi utilizada como ferramenta para converter as populações nativas em mão de obra dependente, privando-as do acesso a recursos vitais como água e gado. Assim, a atual concentração de terras não é apenas um resquício econômico, mas uma herança discriminatória que cristaliza processos históricos de exclusão e dominação, impedindo uma democratização real da estrutura produtiva do país.

A compreensão da dinâmica segregacionista passa pelas ideias de Geoffrey Cronjé, sociólogo e um dos principais teóricos do Apartheid. Cronjé sustentava que o governo africânder deveria promover a separação total entre os grupos nas esferas racial, social, sexual, nacional e cultural. Conforme afirma o autor:

Quanto mais radicalmente for implementada a separação racial, melhor ela será e quanto mais consequentemente a política de apartheid for posta em prática, tanto mais eficientemente estará assegurada nossa pureza racial e nossa sobrevivência racial europeia genuína (Ribeiro apud Cronjé, 1994, p.20).

Sobre a fundamentação ideológica de Geoffrey Cronjé, John Maxwell Coetzee e Fernando Rosa Ribeiro analisam as implicações desse pensamento nos seguintes termos:

Cronjé acreditava que a variedade racial era a vontade de Deus, e o homem deveria agir para que essa variedade fosse mantida, sem que essas raças se misturassem. Cada raça tem o seu chamado e deve cumprir o seu destino conforme os desejos divinos. O contato racial provoca a alienação da própria cultura e até a desnacionalização, representando uma violência ao desígnio divino.

Ao refletir sobre a trajetória de John Dube, Barros (2021) discorre sobre a complexa relação entre nação, memória e história na África do Sul, apontando para a urgência de uma transformação estrutural no país:

A África do Sul precisaria promover a “reversão das desigualdades raciais acumuladas historicamente pelo colonialismo, pela escravidão, pela segregação e pelo racismo” e “construir uma identidade nacional que não desmereça ou anule as identidades étnicas e que não traga embutida em si o racismo de atitudes e de preferências que está entranhado nas identidades nacionais europeias e americanas, do Norte e do Sul (Barros, 2021).

A reflexão de Dube, sublinhada por Barros (2021), revela que a superação do Apartheid não se restringe à criação de uma ordem democrática formal, mas exige a construção de uma identidade nacional que seja verdadeiramente inclusiva. Nesse sentido, o desafio da África do Sul contemporânea consiste em conciliar diversidade cultural e coesão social, sem reproduzir os mecanismos de exclusão herdados do colonialismo. Essa perspectiva permanece atual, pois, embora o país tenha avançado institucionalmente, ainda convive com profundas desigualdades raciais e socioeconômicas que comprometem a efetivação de uma cidadania plena.

Diante de um legado de desigualdades estruturais, a própria sociedade sul-africana articulou iniciativas voltadas à transformação dessa realidade. Um exemplo emblemático reside na atuação de Desmond Tutu (1931–2021), arcebispo anglicano que se notabilizou pela defesa de uma sociedade fundamentada na equidade de direitos civis e na dissolução das barreiras raciais.

Uma pessoa com Ubuntu está aberta e disponível aos outros, não preocupada em julgar os outros como bons ou maus, e tem consciência de que faz parte de algo maior e que é tão diminuída quanto seus semelhantes que são diminuídos ou humilhados, torturados ou oprimidos (TUTU, 1999 apud LEMES, 2020, p. 15).

Conforme postula Lemes (2020), a filosofia Ubuntu manifesta-se em indivíduos abertos e disponíveis ao próximo, desprovidos do ímpeto de julgamento. Sob essa ótica, o sujeito possui a consciência de que integra uma totalidade maior, compreendendo que sua própria dignidade é ferida sempre que seus semelhantes são diminuídos, humilhados ou oprimidos.

A democracia caracteriza-se pela realização de pleitos eleitorais competitivos, nos quais os representantes são investidos pelo voto popular e as forças políticas no poder podem, efetivamente, ser substituídas por meio da alternância democrática. Na África do Sul, entretanto, o sufrágio universal concretizou-se apenas em abril de 1994, encerrando formalmente o regime do Apartheid e viabilizando a promulgação da Constituição de 1996 (Ato 108 de 1996), marco da refundação democrática do país.

Contudo, a realidade política sul-africana, que durante décadas se aproximou de uma 'partidocracia' devido à hegemonia do CNA (Pereira, 2011), atravessa hoje uma

transformação sem precedentes. Se em 2009 o partido ainda mantinha um domínio absoluto e quase inquestionável sobre o cenário político, o pleito de maio de 2024 alterou esse paradigma: pela primeira vez desde o fim do Apartheid, o CNA perdeu a maioria parlamentar, obtendo apenas cerca de 40% dos votos. Esse novo cenário forçou o país a abandonar o modelo de partido único dominante para adotar um Governo de Unidade Nacional, exigindo coalizões com partidos de oposição e sinalizando um amadurecimento, ainda que instável, da competitividade democrática sul-africana.

Essa hegemonia prolongada do CNA, embora compreensível em função de sua liderança histórica na luta contra o Apartheid, foi alvo de críticas crescentes quanto ao funcionamento da democracia sul-africana. Por décadas, a escassez de alternância no poder fragilizou os mecanismos de controle, reduzindo o pluralismo e favorecendo crises de corrupção sistêmica. Todavia, esse ciclo atingiu um ponto de inflexão histórico nas eleições de maio de 2024, quando o partido perdeu a maioria absoluta pela primeira vez. Assim, o desafio contemporâneo não reside mais apenas em questionar a hegemonia do CNA, mas em gerir a nova era de coalizões políticas, buscando consolidar uma democracia representativa que seja capaz de responder às profundas desigualdades sociais que o modelo de 'partido dominante' não conseguiu solucionar.

Em contrapartida, malgrado a persistência de divisões sociais e raciais, observa-se que na África do Sul, bem como em diversas regiões do continente, as comunidades preservam a ética do Ubuntu. Trata-se de uma filosofia humanista alicerçada na solidariedade, na coletividade e no reconhecimento do outro como parte intrínseca da própria existência. Uma ilustração emblemática desse preceito foi relatada pela filósofa Lia Diskin durante o Festival Mundial da Paz, ocorrido em 2006, em território sul-africano.

O relato de Lia Diskin (2006) descreve a experiência de um antropólogo em uma comunidade banto na África do Sul. Ao propor uma competição em que a criança mais veloz ganharia uma cesta de frutas, o pesquisador foi surpreendido: ao sinal de partida, as crianças deram-se as mãos e correram juntas em direção ao prêmio. Ao serem questionadas sobre o porquê de não terem competido individualmente, responderam: 'Ubuntu! Como um de nós poderia ficar feliz se todos os outros estivessem tristes?'

Esse episódio sintetiza o contraste entre a lógica segregacionista do passado e a proposta de uma nova sociabilidade para a África do Sul contemporânea. Enquanto o regime do Apartheid e as estruturas neoliberais de 'partidocracia' fomentam a competição e a exclusão, o Ubuntu resgata a interdependência como tecnologia social de sobrevivência e emancipação. No contexto da Educação, tal filosofia revela-se fundamental: o processo de ensino-aprendizagem deixa de ser uma corrida individual pelo sucesso para tornar-se uma construção coletiva, onde a superação das desigualdades históricas só é possível por meio do reconhecimento da humanidade do outro. Assim, a

democratização plena do país, e das salas de aula, depende da transição de uma ética da exclusão para uma ética do compartilhamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, a derrocada do regime do Apartheid inaugurou um período de reformas profundas que, embora essenciais para a superação da segregação legal, desencadearam desafios estruturais complexos. O intenso fluxo migratório da população negra para os centros urbanos expôs a fragilidade da infraestrutura e dos serviços públicos, culminando em uma crise de habitabilidade. Esse cenário, agravado pela incapacidade do mercado de trabalho em absorver essa mão de obra, fomentou ciclos de pobreza e marginalidade. Como consequência, a África do Sul contemporânea enfrenta o desafio de gerir tensões sociais e índices de violência que colocam em xeque a estabilidade de sua democracia.

Segundo Pereira (2011), os desafios contemporâneos do governo sul-africano são indissociáveis do legado do Apartheid. Entre os pontos críticos, destacam-se a necessidade de consolidar uma democracia substancial, o enfrentamento das persistentes barreiras de exclusão racial e a urgência em universalizar o acesso às políticas públicas, garantindo, de forma efetiva, os direitos fundamentais da população negra

Nesse sentido, deve-se reconhecer que os mitos sociais desempenham um papel crucial na construção de identidades coletivas, ao moldarem narrativas sobre o passado e as projeções de futuro de uma nação. O conceito de 'nação arco-íris', emblema da África do Sul pós-Apartheid, exemplifica essa dimensão simbólica. Todavia, como argumenta Pereira (2011), assim como ocorre com o mito da democracia plena, essa idealização tende a obscurecer contradições estruturais, visto que o tecido social permanece clivado por profundas e persistentes divisões raciais e socioeconômicas.

A política histórica de segregação, que marginalizou sistematicamente a maioria negra desde o período colonial, já era identificada como um entrave estrutural nos primórdios dos movimentos de emancipação africanos. No entanto, seus efeitos permanecem presentes no tecido social sul-africano. Nesse cenário, a África do Sul contemporânea enfrenta o complexo desafio de consolidar e sustentar um sistema político multirracial que seja capaz de converter a igualdade jurídica em equidade social efetiva.

Esse desafio exige não apenas a manutenção das instituições democráticas, mas também o fortalecimento de políticas sociais inclusivas que promovam integração, equidade e justiça. Somente por meio da desconstrução das raízes discriminatórias profundamente enraizadas na sociedade, será possível avançar em direção a um projeto nacional mais coeso e genuinamente democrático.

As análises desenvolvidas ao longo deste trabalho permitiram compreender que a desigualdade social na África do Sul não é um fenômeno recente, mas sim uma

construção histórica que atravessa séculos de colonização, escravidão e segregação racial institucionalizada pelo regime do Apartheid.

Verificou-se que a lógica de exploração imposta pelos colonizadores europeus consolidou um modelo de sociedade baseado na concentração de terras, na marginalização da população nativa e no acesso desigual a direitos básicos como educação, saúde e emprego. Essa estrutura foi aprofundada pelo Apartheid, que oficializou juridicamente a separação racial, criando barreiras sociais e econômicas cujos efeitos persistem até hoje.

A transição democrática de 1994 representou um marco histórico, sobretudo pela eleição de Nelson Mandela e pela promulgação de uma Constituição que buscou garantir cidadania plena a todos. No entanto, as marcas do passado continuam visíveis em: altos índices de desemprego, violência, pobreza extrema e concentração de renda. Os dados atuais revelam que grande parte da população negra permanece em posição de vulnerabilidade, enquanto a elite econômica ainda é majoritariamente branca.

Diante desse cenário, a desigualdade sul-africana deve ser compreendida como uma herança estrutural, fruto de uma exclusão histórica que atravessou séculos. Contudo, a persistência dessas disparidades e a lentidão na redistribuição de terras e oportunidades econômicas culminaram em um ponto de inflexão política: as eleições de maio de 2024. Pela primeira vez em três décadas, o CNA perdeu sua maioria absoluta, refletindo o descontentamento social com a manutenção das hierarquias de privilégio. Assim, o país entra em uma era de governança por coalizão, enfrentando o desafio urgente de fortalecer políticas públicas que transformem o marco jurídico da democracia em uma inclusão social e econômica tangível para a maioria negra.

Os dados analisados revelam que, embora a África do Sul tenha avançado na institucionalização de sua democracia, a herança do colonialismo ainda se manifesta em disparidades socioeconômicas que afetam o acesso ao conhecimento. A análise do pensamento de ideólogos como Geoffrey Cronjé, em contraste com a liderança humanista de Desmond Tutu, evidencia um embate entre uma lógica de exclusão e uma busca pela reconciliação nacional. Esses resultados sugerem que a estabilidade política do país é indissociável de uma reforma educacional que reconheça as identidades étnicas e culturais outrora silenciadas.

Ao final desta discussão, o relato de Lia Diskin sobre o comportamento coletivo das crianças banto sintetiza o potencial transformador da filosofia Ubuntu quando transposta para o ambiente escolar. Pois esse exemplo deixa de ser uma metáfora e torna-se um método: a educação deve ser compreendida como um esforço coletivo de 'correr de mãos dadas'. Conclui-se que o sucesso pedagógico não reside na competição individual, mas na construção de uma rede de apoio em que o progresso de um aluno é a celebração de todos. Assim, o

Ubuntu apresenta-se como a ferramenta essencial para reverter o estigma da exclusão e garantir que a educação

seja, de fato, um exercício de liberdade e humanidade partilhada.

Por fim, este estudo permite concluir que a África do Sul, embora consolidada como uma das maiores potências econômicas do continente, enfrenta a complexa missão de harmonizar estabilidade democrática com justiça social efetiva. O enfrentamento das desigualdades estruturais exige mais do que reformas institucionais; requer a desconstrução de mentalidades segregacionistas e o fortalecimento de uma cultura política alicerçada nos princípios do Ubuntu. É na valorização da solidariedade, da coletividade e da humanidade compartilhada que reside a possibilidade de uma nação verdadeiramente integrada e resiliente diante de seus desafios contemporâneos.

REFERÊNCIAS

1. BARROS, Antônio Evaldo Almeida. **NAÇÃO, MEMÓRIA E HISTÓRIA NA ÁFRICA DO SUL ATRAVÉS DE JOHN DUBE**. ARTIGOS LIVRES • História 40 • 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1980-4369e2021025>>. Acessado em 29 de novembro de 2024.
2. BRAGA, Pablo de Rezende Saturnino. **A rede de ativismo transnacional contra o apartheid na África do Sul**. Dissertação de Mestrado. Instituto de relações internacionais. Programa de Pós-Graduação em. Rio de Janeiro. Agosto de 2010. PUC-Rio-Certificação Digital N° 0812654/CA.
3. HAFFNER, Jacqueline A. **A formação do Estado nacional sul-africano**. RELAÇÕES INTERNACIONAIS DEZEMBRO. 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.23906/ri2022.76a05>>.
4. Acessado em 29 de novembro de 2024.
5. HERRERA, Humberto. **Caminhar juntos**. 6° ano. Ensino Religioso. 2 ed. – São Paulo. Edições SM. 2022.
6. LEMES, Marcos Vinicius. Ubuntu em tempos de pandemia. Revista, v. 3, n. 4, p. 15, 2020.
7. MAMDANI, Mahmood. *Citizen and Subject: Contemporary Africa and the Legacy of Late Colonialism*. Princeton: Princeton University Press, 1996. Disponível em: <https://therestjournal.com/wp-content/uploads/2019/03/JGA_Vol8_No2_BR4.pdf>. Acesso em setembro de 2025.
8. PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **A (Longa) História da Desigualdade na África Do Sul**.
9. Philia&Filia, Porto Alegre, vol. 02, n° 1, jul./dez. 2011.
10. RIBEIRO, Fernando Rosa. **A Construção da nação na África do Sul: a ideologia individualista e o Apartheid**. Estudos Ciências Sociais, vol. 3, Rio de Janeiro: UFRJ. (1994).
11. SAHO – South African History Online. Rainbow Nation. 2010. Disponível em: <https://www.sahistory.org.za>>. Acesso em setembro de 2025.
12. SOUTH AFRICA. Constitution of the Republic of South Africa, 1996. Pretoria: Government of South Africa, 1996.
13. VISENTINI, Paulo G. Fagundes; PEREIRA, Pereira (2011) Danilevicz. **África do Sul: História, Estado e Sociedade**. -- Brasília: FUNAG/CESUL, 2010. 272p.

PUBLISHER DETAILS:

Burundi Publishing



Burundi Publishing

Contact: +257 6266 2725

Email: burundipublishing@gmail.com

Website: <https://burundipublishing.com>

**Address: Avenue de l'université, Quartier Rohero I,
Bujumbura, Burundi**